

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS ATUANTES NO CAMPO DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE

*Theoretical and Practical Perspectives in the Field of Participatory Health
Evaluation*

Prof. José Carlos Suárez-Herrera¹

Profa. Santuzza Arreguy Silva Vitorino²

1. Suárez-Herrera, JC. Ph.D. em Saúde Pública – Gestão de Saúde – Departamento de Estratégia, Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável – KEDGE Business School, Marselha, França – E-mail: jose-carlos.suarez-herrera@kedgebs.com

2. Vitorino, SAS. Doutora em Saúde Pública – Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

As dinâmicas complexas e multidimensionais da saúde pública e da gestão dos sistemas de saúde têm motivado o uso de diferentes abordagens metodológicas no campo da pesquisa avaliativa. A avaliação participativa é uma delas. Este capítulo aborda as transições epistemológicas da prática avaliativa, assim como as perspectivas teóricas e práticas desenvolvidas nas últimas décadas sobre a avaliação participativa. A coprodução dinâmica do conhecimento, a criação de espaços de aprendizagem coletiva e a articulação em rede de intervenções inovadoras destacam-se como elementos-chave dessa transição. Do ponto de vista teórico, são analisados os fundamentos e as tipologias essenciais da prática avaliativa, que servem como marco estrutural para o exercício da avaliação participativa. Com relação às práticas atuantes de avaliação participativa, este capítulo fornece uma reflexão crítica sobre o papel do avaliador participativo e, em última instância, sobre os desafios e as contribuições da avaliação participativa no setor da saúde. Conclui-se que diferentes modalidades de parceria no âmbito da avaliação participativa podem desempenhar um papel importante na ampliação e no fortalecimento de programas de saúde pública baseados no desenvolvimento sustentável em diversos países.

Palavras-chave: Avaliação participativa. Saúde pública. Teoria e prática da avaliação. Papel do avaliador. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

The complex and multidimensional dynamics of public health and health systems management have motivated the use of different methodological approaches in the field of evaluative research. Participatory evaluation is one of them. This chapter addresses the epistemological transitions of evaluative practice, as well as the theoretical and practical perspectives developed in the last decades on participatory evaluation. The dynamic coproduction of knowledge, the creation of spaces for collective learning and the networking of innovative interventions stand out as key elements of this transition. From a theoretical point of view, the essential foundations and typologies of evaluative practice are analyzed, which serve as a structural framework for the exercise of participatory evaluation. Regarding the current practices of participatory evaluation, this chapter provides a critical reflection on the role of the participatory evaluator and, ultimately, on the challenges and contributions of participatory evaluation in the health sector. It is concluded that different partnership modalities within the scope of participatory evaluation can play an important role in scaling up and strengthening of public health programs based on sustainable development in countries all over the world.

Keywords: Participatory evaluation. Public health. Evaluation theory and practice. Evaluator’s role. Sustainable development.

Résumé

La dynamique complexe et multidimensionnelle de la santé publique et de la gestion des systèmes de santé a suscité l’utilisation de différentes approches méthodologiques dans le domaine de la recherche évaluative. L’évaluation participative est l’une d’entre elles. Ce chapitre aborde les transitions épistémologiques de la pratique évaluative, ainsi que les perspectives théoriques et pratiques développées au cours des dernières décennies sur l’évaluation participative. La coproduction dynamique de connaissances, la création d’espaces d’apprentissage collectif et la mise en réseau d’interventions innovantes apparaissent comme des éléments clés de cette transition. D’un point de vue théorique, on analyse les fondements essentiels et les typologies de la pratique évaluative, qui servent de cadre structurel à l’exercice de l’évaluation participative. En ce qui concerne les pratiques courantes de l’évaluation participative, ce chapitre propose une réflexion critique sur le rôle de l’évaluateur participatif et, finalement, sur les défis et les contributions de l’évaluation participative dans le secteur de la santé. Il conclut que différentes modalités de partenariat dans le cadre de l’évaluation participative peuvent jouer un rôle important dans mise à échelle et le renforcement des programmes de santé publique axés sur le développement durable dans les pays du monde entier.

Mots-clés: Évaluation participative. Santé publique. Théorie et pratique de l’évaluation. Rôle de l’évaluateur. Développement durable.

INTRODUÇÃO

Uma estratégia eficaz para decifrar a miríade de processos complexos que podem surgir no âmbito de um sistema de saúde ou intervenção em saúde pública é a colaboração nos processos avaliativos entre o avaliador e as diversas partes interessadas no projeto de avaliação¹. Entre as abordagens colaborativas de avaliação mais utilizadas no setor da saúde, estão a avaliação da quarta geração², a avaliação do processo³, a avaliação responsável⁴, a avaliação formativa⁵, a avaliação do “empoderamento”⁶ – *Empowerment Evaluation* – e, mais precisamente, a avaliação participativa⁷⁻⁹. Essa última abordagem é especialmente concebida para avaliar intervenções complexas, criando um espaço de aprendizagem coletivo que favorece o surgimento de um processo de mudança em sintonia com a posição e os interesses de cada uma das partes interessadas¹⁰.

O objetivo deste capítulo é apresentar as perspectivas teóricas e práticas que constituem um eixo essencial na criação e atualização do campo da avaliação participativa em saúde. Alguns aspectos essenciais da avaliação participativa, como o uso dos processos avaliativos ou o empoderamento, os diferentes tipos de participação nas práticas avaliativas, a participação das partes interessadas como vetor de processos de mudança, assim como o papel do avaliador como tradutor de lógicas de ação múltiplas – e muitas vezes divergentes –, são examinados especificamente no âmbito deste capítulo.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Consideramos, nesta seção, as perspectivas teóricas da avaliação participativa por meio do estudo dos fundamentos e das tipologias que foram desenvolvidos durante as duas últimas décadas. Essas duas construções conceituais estão intimamente relacionadas. A adoção de uma certa perspectiva avaliativa afetará aquilo que pensamos ser a avaliação participativa e, conseqüentemente, o papel que um avaliador participativo pode adotar.

FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Os fundamentos referem-se às razões subjacentes à escolha de uma abordagem participativa em um determinado projeto de avaliação. Qualquer lógica está inquestionavelmente ligada aos valores, pressupostos e interesses dos participantes. Esta seção centra-se em três fundamentos comuns subjacentes à escolha de uma abordagem participativa da avaliação.

Utilização da avaliação

Historicamente, uma questão de preocupação duradoura para os avaliadores tem sido a utilização de conclusões da avaliação¹¹. Efetivamente, alguns autores sugerem que muitos dos resultados da avaliação são mal utilizados ou mesmo não utilizados pelas partes interessadas¹². Os investigadores de avaliação começaram, por conseguinte, a analisar a forma como as partes interessadas afetadas pelo projeto de avaliação poderiam utilizar não só as conclusões, mas também o processo de avaliação de uma forma mais adequada¹³. Essa abordagem é adequada para estudos complexos, pode melhorar a qualidade dos dados, aumentar a capacidade avaliativa dos atores envolvidos na avaliação e apoiar a reflexividade crítica necessária para o sucesso da intervenção avaliada¹⁴.

No que diz respeito à avaliação participativa, é bem sabido que uma das características que podem melhorar a utilização do processo de avaliação é o envolvimento

das partes interessadas em muitos aspectos deste. A definição de Patton de utilização do processo descreve um processo de aprendizagem organizacional e de mudanças individuais resultantes do envolvimento em um determinado processo de avaliação, ou seja, “a utilização da avaliação que tem lugar antes de serem geradas lições aprendidas e iniciados os processos de feedback”^{15(p. 29)}. Isto tem influenciado o desenvolvimento de abordagens participativas na prática da avaliação. Consequentemente, ao longo das duas últimas décadas, o interesse na conceituação e na operacionalização dessas abordagens no campo da avaliação tem aumentado^{10,16,17}.

O investimento adicional exigido pela integração dos atores envolvidos nos processos avaliativos é significativamente impactante. Diez e colaboradores^{18(p. 329)} destacam a “demora para efetivamente garantir o envolvimento ativo de vários participantes em potencial na avaliação, incluindo a familiarização com o processo de avaliação e com os resultados para contribuir para a sustentabilidade do programa”. Worthen e colaboradores^{14(p. 165)} ressaltam “o desafio dos pesquisadores junto aos financiadores de garantir engajamento e construção de confiança para realizar uma avaliação mais focada em aprendizado do que em responsabilidade”. Dessa maneira, os benefícios obtidos com os processos participativos (compartilhamento de conhecimento, aprendizagem coletiva, nivelamento das relações de poder, tomada de decisão colaborativa, intervenções inovadoras) favorecem uma utilização mais equitativa e eficiente dos processos e dos resultados da avaliação¹⁹.

Empoderamento

A importância da representação das pessoas com menos poderes ou estatuto inferior para garantir que os seus interesses sejam levados em consideração é sublinhada pela lógica da atribuição de poderes. Vários autores sustentam que a procura de alcançar os objetivos de empoderamento da justiça e da democratização realça a questão do equilíbrio entre as vozes dos participantes^{6,19}. Existe um foco de interesse particular, com respeito ao empoderamento, sobre o significado e a importância da educação, a gestão das relações de poder, a capacitação dos participantes, a distribuição dos recursos adequados e o apoio mútuo por meio do treinamento e das redes interagências^{20,21}.

Como esses propósitos são claramente transformadores, os principais objetivos do empoderamento são a emancipação social e o desenvolvimento sustentável dos indivíduos e grupos. Nessa perspectiva, os processos e os produtos de avaliação são utilizados para transformar as relações de poder e para promover a ação social e a mudança organizacional. Desse modo, a avaliação participativa é concebida como um processo contínuo de ação coletiva por intermédio da inclusão de agentes menos proeminentes nas dinâmicas de reflexão, de negociação, de colaboração e de criação de conhecimento²².

Esse processo é explicitamente político, focado em promover a ação coletiva para a mudança social e transformar as relações de poder nas organizações e nos territórios, a fim de capacitar as entidades menos favorecidas. A lógica do empoderamento poderia ser considerada como uma resposta de múltiplos grupos sociais a um cenário crescente de desigualdades culturais e injustiças sociais geradas pelos efeitos devastadores das tendências econômicas globais nas sociedades modernas²³. Sensível à natureza política da avaliação, a lógica do empoderamento apela aos participantes para se envolverem na articulação do projeto de avaliação como uma questão de responsabilidade ou imperativo moral para a mudança social²⁴ e, portanto, para desenvolverem abordagens participativas para a avaliação.

Mudança organizacional

Poderíamos argumentar que, mediante interações contínuas que têm lugar no âmbito de uma avaliação participativa e dos fluxos ativos de recursos humanos, materiais e financeiros que evoluem com o tempo, o grupo de partes interessadas desenvolve uma dinâmica por meio da qual a produção social do conhecimento é alcançada. Uma concepção organizacional da aprendizagem é construída de forma recíproca, permitindo aos membros da equipe avaliativa compreenderem-se melhor a si mesmos, a organização na qual estão envolvidos e, em última análise, as características essenciais subjacentes aos fenômenos que estão a ser avaliados²⁵.

Dessa forma, o projeto avaliativo é entendido como um processo de desenvolvimento de diálogo, cooperação e negociação inspirador de práticas de aprendizagem organizacional^{10,18}. Essa práxis implica um processo contínuo de crescimento e de melhoria integrado com os processos simbólicos e as infraestruturas sociais da organização, por meio das quais os seus membros negociam os seus diferentes valores, atitudes e percepções²⁶.

A transferência de valores entre as partes interessadas de uma avaliação participativa realiza-se principalmente mediante ações comunicativas. Essas ações oferecem um contexto favorável para compreender o progresso das atividades avaliativas, os esforços de aprendizagem e de mudança, e a utilidade do que estamos a aprender²⁷. Como resultado, essa aprendizagem por meio do pensamento e da ação comunicativa, que advém do envolvimento sustentado das partes interessadas no processo de avaliação, pode ser considerada um precursor dos processos de mudança desejados¹⁴.

A avaliação participativa torna-se um espaço sistêmico de aprendizagem em que a reflexão, a negociação, o diálogo, a tomada de decisões, a produção de conhecimento e as dinâmicas de poder são todas intencionalmente alteradas pelo envolvimento das partes interessadas²⁸.

TIPOLOGIA DAS AVALIAÇÕES PARTICIPATIVAS

Não existe uma forma universal de definir a avaliação participativa. Os autores clássicos apoiam a ideia de que a avaliação participativa é mais bem descrita como um conjunto de princípios e um processo de envolvimento na prática de avaliação que respeita e utiliza os conhecimentos e a experiência das partes interessadas, abrangendo as contribuições das perspectivas dos participantes^{7,9}. É salientada a importância do processo nos projetos de avaliação, por meio do qual os participantes desenvolvem um sentido de apropriação, novas competências e confiança para melhorar a qualidade das suas decisões.

Mais recentemente, Chouinard e Cousins^{29(p. 6)} definem avaliação participativa como uma “parceria entre especialistas em avaliação treinados e membros da comunidade do programa na coprodução de conhecimento avaliativo sobre programas ou intervenções específicas de interesse por exemplo, projetos ou políticas”.

Dois tipos principais de avaliação participativa podem ser identificados na literatura acadêmica: a Avaliação Participativa Prática (APP) e Avaliação Participativa Transformadora (APT). Embora diferentes, essas duas modalidades de avaliação podem estar estreitamente relacionadas. Ambos os tipos de avaliação permitem aos grupos mais fracos da comunidade expressar suas opiniões, resolver conflitos e construir um ponto de vista compartilhado³⁰, são baseados na produção interativa de dados entre os vários atores envolvidos, cuja participação deve ocorrer em todas as etapas do processo e tem como objetivo principal que “as pessoas aprendam com suas próprias experiências e as compartilhem com outras”^{31(p. 276)}.

No entanto, as ligações e a transição entre as duas modalidades de avaliação participativa ainda não estão explicitamente indicadas na literatura. Nesta seção, argumentamos que existe um terceiro tipo de avaliação participativa que difere dos dois primeiros modelos e que nos permite fazer a transição entre a APP e a APT. Trata-se da Avaliação Participativa Reflexiva (APR).

Avaliação Participativa Prática

O principal objetivo da APP é promover a utilização da avaliação, com o objetivo implícito de pressupor que a avaliação incide nos processos de tomada de decisão. Com base nos princípios de criação de conhecimentos entre os avaliadores e os profissionais do programa, os autores defendem um papel mais técnico das partes interessadas na apropriação e no controle de métodos especializados na análise técnica das intervenções. Na medida em que o projeto de avaliação estimula a resolução de problemas, os resultados serão mais significativos para os responsáveis e para os decisores or-

ganizacionais, com o qual esse conhecimento será mais útil³². Como se concentra na resolução de problemas e na tomada de decisões, essa abordagem implica um desenvolvimento instrumental da avaliação participativa, que visa aumentar a utilidade dos conhecimentos por ela gerados. A APP está intimamente ligada à lógica da utilidade, em que os avaliadores especializados trabalham em conjunto com as partes interessadas mais próximas para produzir conhecimentos em resposta a problemas práticos²³.

Recentemente, alguns autores falam da governança como uma das dimensões-chave para a avaliação participativa, visto que ela permite a transparência na tomada de decisão, uma melhor participação dos cidadãos na implementação das intervenções, assim como no seu monitoramento e avaliação³³. Esse tipo de avaliação, com a ajuda de algumas técnicas de exposição visual e tangível de dados sobre conhecimentos, experiências e percepções das partes interessadas sobre a intervenção a avaliar, permite que estas sejam envolvidas em um processo de tomada de decisão diferenciado comprovadamente democrático³⁴.

Curiosamente, porém, deveríamos refletir sobre as possíveis influências na escolha e na tomada de decisão sobre a execução – ou não – de uma intervenção pelos financiadores/doadores. No setor da saúde internacional, Chi e colaboradores³⁵ destacam que, na maioria das vezes, não é questionado se o programa avaliado está alinhado com o interesse das partes interessadas, ou seja, se o dito programa é o mais apropriado para intervir sobre a situação-problema em determinado contexto. Além disso, criticam o movimento das agências de financiamento por definirem unilateralmente quais os programas e os países a serem avaliados, os objetivos e os critérios aplicados à avaliação. No cotidiano, tal situação é percebida nos editais de fomento para novas intervenções no setor da saúde internacional e da definição pelos financiadores sobre a agenda da saúde global.

Uma reflexão crítica sobre os procedimentos técnicos da APP é essencial para compreender as relações de poder e as decisões unilaterais que são exercidas durante o planejamento e a execução de uma intervenção¹⁶. A avaliação deve ser concebida como parte da estrutura de tomada de decisão política e daquelas atividades que envolvem as relações dentro de uma intervenção, ao mesmo tempo que toma as relações de poder existentes tanto na micro quanto na macropolítica como eixo fundador. Tais relações irão influenciar social e culturalmente no potencial participativo de uma APP³⁶.

Avaliação Participativa Transformadora

A APT apela aos princípios e ações de participação promovendo a democratização dos processos de mudança social por meio da capacitação dos grupos de participantes mais marginalizados. Questões como o controle laico da produção de conhecimento, o

empoderamento e o diálogo estão no cerne desse tipo de avaliação participativa. O principal interesse é promover a equidade mediante envolvimento de indivíduos associados a todos os grupos com interesse nos processos de avaliação. Por intermédio do envolvimento direto e da participação no exercício de avaliação, as pessoas provenientes de grupos oprimidos ou de setores marginalizados que normalmente não têm uma voz na tomada de decisões políticas ou programáticas são assim dotadas de tais oportunidades³². A APT é, ideologicamente, enraizada nas concepções normativas de justiça social e de construção da democracia. Ela depende estreitamente da lógica do empoderamento, em que o avaliador incentiva a participação das partes interessadas na criação de uma rede sustentável de ações comunicativas e de parcerias de apoio por meio das quais melhorará a sua compreensão das ligações entre os conhecimentos, o poder e o controle^{25,34}.

Esse tipo de avaliação é baseado na ação. No âmbito de um estudo utilizando múltiplos métodos de avaliação participativa, situando a avaliação como parte do ciclo de investigação e ação, Worthen e colaboradores¹⁴ salientam que essa abordagem facilitou a participação dos atores envolvidos na concepção dos critérios pelos quais o estudo e os seus resultados de reintegração seriam julgados. De acordo com esses autores, essa abordagem é adequada para avaliar intervenções complexas, melhorando a qualidade dos conhecimentos criados, os canais de comunicação entre as partes interessadas e os níveis de formação e competência dos coavaliadores.

A APT oferece uma estrutura e um processo inovador pelos quais a aprendizagem organizacional pode ser realizada, promovendo determinados valores fundamentais, tais como a justiça social, diferindo claramente de uma avaliação participativa mais pragmática³⁷. Essa modalidade de avaliação envolve as partes interessadas em um espírito de coinvestigação como parte essencial da melhoria da prática; e o aprendizado muda de uma atividade individual para uma atividade organizacional, criando espaços reflexivos coletivos e permitindo o diálogo de cima a baixo e em toda a organização²⁵. Ela evidencia os benefícios em relação à geração de melhorias práticas e para as partes interessadas em termos de contrariar os efeitos negativos da tendência utilitarista da APP, baseada na eficácia e no desempenho técnico³⁸. No entanto, a APT ainda está pouco conceitualizada nos modelos de avaliação do setor da saúde. São essenciais mais investigações para compreender o conhecimento com respeito à concepção e à utilização desse tipo de avaliação para a resolução de problemas de saúde pública e coletiva.

Avaliação Participativa Reflexiva

Embora as raízes ideológicas e históricas da APP e da APT sejam bastante diferentes, na prática, não diferem substancialmente. Alguns autores esboçam vá-

rias orientações para o envolvimento na avaliação participativa – baseada tanto em abordagens práticas como transformadoras –, promovendo a colaboração, a interação e a reflexão sobre a prática. Tradicionalmente, o canal para esse processo tem sido o diálogo³⁹, concebido nesse campo como um processo comunicativo de intercâmbio social por meio do qual se cria um conjunto de relações sociais, bem como um conhecimento relevante e adequado.

Neste capítulo, destacamos a sobreposição das duas correntes clássicas da avaliação participativa por intermédio da reflexividade. Trata-se de um termo polissêmico que pode integrar múltiplos significados em contextos diferentes. Em geral, significa “refletir”; e mais especificamente, como parte da investigação social, a reflexividade é o processo pelo qual o investigador reflete sobre o processo de coleta e interpretação dos dados. Worthen e colaboradores¹⁴ abordam a reflexividade no processo avaliativo e a descrevem, juntamente com a complexidade, a qualidade e a capacidade, como pontos fortes da pesquisa avaliativa.

Embora exista atualmente uma escassez de literatura no campo da avaliação com respeito aos modelos reflexivos, a reflexividade pode melhorar a prática da avaliação⁴⁰. A reflexão crítica aumenta a competência das partes interessadas como coavaliadores, desenvolvendo um plano de ação que ajuda a manter a consciência de como as ações, os pensamentos e os valores de cada um se relacionam com os valores de avaliação mais amplos tanto práticos como transformadores. A reflexão crítica revela elementos ocultos nos procedimentos avaliativos e aumenta a consciência de dinâmicas sutis que requerem atenção na avaliação e criam oportunidades para desafiar a influência de certos atores com um posicionamento social ou organizacional vantajoso⁴¹. Esse modelo reflexivo permite aos participantes de uma avaliação ser avaliadores mais reativos e poder melhorar a prática – técnica e transformadora – de outros avaliadores profissionais²⁸.

Pela sua parte, Bondioli considera a avaliação como um processo pelo qual as pessoas que trabalham em uma instituição de ensino podem refletir em grupo sobre suas crenças e práticas educacionais, a fim de planejar e implementar ações de melhoria³⁹. Desse modo, a avaliação exige a integração de práticas reflexivas individuais e coletivas. A aquisição e troca de conhecimentos, o confronto crítico de pontos de vista diferentes, o hábito de negociar e de examinar criticamente a realidade e a capacidade de cooperar são alguns dos aspectos do “efeito de treinamento” que se pretende induzir por meio do processo reflexivo. Os coavaliadores se enriquecem pessoalmente, ganhando conhecimento, capacidade de discussão e competência profissional.

Esses argumentos baseiam-se no estudo desenvolvido por Cooper⁴², que reformula a avaliação como um processo colaborativo, participativo e dialógico, centrado na

aprendizagem, e não apenas na responsabilização. A avaliação, tal como a prática reflexiva, é moldada em termos de atividade individual e de discursos baseados no déficit. Argumentamos aqui que os aspectos reflexivos e colaborativos permitem a realização das funções de aprendizagem e desenvolvimento dos processos avaliativos⁴³. A avaliação baseada no diálogo coletivo e reflexivo tem potencial para fornecer uma base factual de boas práticas avaliativas, melhorar o bem-estar do pessoal e ampliar as possibilidades de utilização dos resultados.

Esse processo de autoquestionamento é perfeitamente compatível com os dois tipos anteriores de avaliação participativa. As abordagens críticas baseadas na reflexividade permitem à APP reconhecer a natureza política do processo de avaliação e defende um papel integrador das partes interessadas que inclui elementos de aprendizagem organizacional. Por outro lado, a APT se preocupa com a ação social no sentido da mudança organizacional, bem como com a transformação das relações de poder de modo a capacitar os grupos mais desfavorecidos, sem esquecer, por esse motivo, os procedimentos técnicos e metodológicos básicos da dinâmica de avaliação⁴⁴.

Assim, ao envolver-se em um processo reflexivo, uma maior compreensão das questões avaliativas ajudará a construir um sentimento de controle sobre decisões mais informadas e sobre técnicas de resolução de problemas⁴⁵. As capacidades reflexivas adquiridas na APR garantem a criação de um processo de avaliação endógeno e sustentado na compreensão mútua e na aprendizagem organizacional, o que aumenta consideravelmente a probabilidade de que o processo e os resultados alcançados pela avaliação sejam utilizados de forma adequada tanto no nível técnico como com objetivos de mudança. A reflexividade que se encontra no seio da APR oferece, definitivamente, às organizações do setor da saúde, uma forma interessante de ultrapassar resistências imprevistas à mudança intencional, enfrentando os desafios encontrados usualmente nos contextos organizacionais da APP e da APT.

PRÁTICAS ATUANTES DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

A avaliação participativa é operacionalizada no seio das organizações e comunidades por meio de uma série de práticas que devem ser cuidadosamente adaptadas ao contexto das intervenções avaliadas. A tomada em consideração do contexto é essencial para uma melhor compreensão e aplicação prática dos fundamentos teóricos de avaliação participativa^{36,46}.

Pela sua parte, Núñez & Úcar⁴⁷ apontam alguns elementos metodológicos necessários na concepção, planejamento e estratégia de gerenciamento em uma avaliação participativa comunitária, tais como o desenvolvimento de parcerias sociais e do plane-

jamento da avaliação, a projeção da avaliação com base nas necessidades, interesses e expectativas dos grupos envolvidos, a gestão da participação das pessoas envolvidas no processo e, finalmente, a flexibilidade metodológica para a implementação da avaliação, em função da diversidade e número de variáveis envolvidas no processo avaliativo, recomendando a utilização de métodos mistos.

Nesta seção, queremos destacar, inicialmente, as possíveis declinações do papel do avaliador durante as diferentes fases do processo de avaliação. O caráter participativo dessa abordagem torna o avaliador um ator adicional da intervenção avaliada. Em seguida, abordaremos alguns dos desafios e contribuições que a avaliação participativa pode trazer ao setor da saúde.

PAPEL DO AVALIADOR PARTICIPATIVO

O papel do avaliador varia de acordo com as concepções da avaliação participativa partilhadas pelos participantes que, por sua vez, estão ligadas à lógica pela utilização dessa abordagem na prática de avaliação. Como cada participante se torna um coavaliador na prática da avaliação participativa, poderíamos considerar o papel do avaliador como um conjunto de funções, aptidões e competências que as partes interessadas devem desenvolver-se a fim de realizar avaliações adequadas⁴⁸. Os vários papéis possíveis que precisam ser desempenhados pelas partes interessadas devem ser desenvolvidos por meio de um processo democrático e colaborativo, levando em consideração suas diversas posições iniciais¹⁰.

Além disso, o papel do avaliador dependerá também de uma série de características, tais como o grau de envolvimento do avaliador na intervenção avaliada, a amplitude e a profundidade da participação das partes interessadas e as utilizações que elas farão do processo e dos resultados da avaliação. Alguns autores consideram que o papel do avaliador deixa de ser um investigador principal e um observador participante para se tornar responsável pela realização de tarefas relacionadas com o treinamento, o desenvolvimento local, a mudança social, a educação e a criação de espaços de aprendizagem interativos^{49,50}.

As orientações acima referidas respondem aos propósitos dos dois tipos clássicos de avaliação participativa – prática e transformadora – e não refletem as funções que os avaliadores assumem em um contexto de complexidade, moldado por múltiplos atores e setores de atividade diferentes. De fato, as atividades de avaliação clássicas criam exigências processuais aos avaliadores às quais eles respondem por intermédio de um número limitado de funções e de competências avaliativas⁵¹. Sem ignorar as particularidades e contribuições-chave de cada uma das funções e competências descritas anteriormente, consideramos nesta seção que o avaliador pode adotar três categorias

principais de papéis. Dois desses encargos aparecem habitualmente nos escritos – facilitador e catalisador –, enquanto um terceiro – tradutor – surge como papel emergente para os avaliadores participativos, tendo em conta a complexidade das intervenções implementadas no setor da saúde.

O avaliador como facilitador

Encontramos na literatura um conjunto de artigos evocando o papel do avaliador como facilitador que se adapta simultaneamente às diferentes concepções de avaliação participativa das partes interessadas. Alguns autores assinalam que o avaliador ajuda a organizar e a coordenar todas as fases do projeto de avaliação, de modo que o significado e os valores de todos possam ser negociados pelo grupo mediante estratégias de aprendizagem duráveis e comunicativas. O avaliador torna-se, por conseguinte, um facilitador em um processo em que todos estão empenhados em uma mudança intencional por meio de um processo de aprendizagem organizacional⁴⁰.

Bondioli³⁹ considera a figura do facilitador como um agente que renuncia inteiramente ao papel de avaliador externo para ajudar os participantes a reconstruir uma imagem compartilhada da realidade em que operam. Isso torna possível integrar uma dinâmica coletiva baseada no planejamento estratégico e na melhoria do desempenho. O principal objetivo dessa figura é “promover a partir de dentro” provocando, por meio da reflexão, o empoderamento das partes interessadas. Com o apoio do facilitador, os atores envolvidos comparam e refletem sobre quais aspectos das dimensões avaliadas eles vão desenvolver um plano de melhoria. Esse papel permite ao grupo de partes interessadas negociar e definir com precisão o melhor método avaliativo, justificando as razões dessa escolha e prevendo os efeitos esperados.

Por seu lado, Verwoerd e colaboradores⁵² propõem uma abordagem combinada na qual as partes interessadas atuam como facilitadores e avaliadores para conduzir uma pesquisa avaliativa integrada e formativa. Foram identificadas quatro competências no âmbito da pesquisa avaliativa: i) apropriação; ii) abertura e transparência para a identificação de necessidades divergentes; iii) capacidade de resposta a essas necessidades emergentes; e, finalmente, iv) mapeamento das realidades e ambições institucionais.

Alindogan⁵³ identifica um conjunto de funções e competências dos avaliadores profissionais descritas na literatura. Essas funções são aquelas da figura do facilitador: avaliação e elaboração de relatórios, aconselhamento em matéria de avaliação, reforço da capacidade de avaliação, comunicação e envolvimento, gestão e influência. Contudo, esses autores mostram que a realização de avaliações culturalmente competentes e a utilização da avaliação não recebem qualquer menção nas funções de avaliação clássicas. A

realização de avaliações culturalmente competentes é essencial do ponto de vista da ética e da validade, enquanto a utilização dos resultados das avaliações é importante para o benefício da sociedade. No entanto, de modo geral, pode-se dizer que o papel do facilitador é o de garantir todo o processo avaliativo – o relacionamento com o cliente, o envolvimento dos atores sociais, a coordenação e a animação dos grupos, bem como a função comunicativa e informativa da avaliação. Ele é garantidor da participação, da função dialógica e da democratização dos processos avaliativos.

O avaliador como catalisador

O potencial transformador e emancipatório da avaliação participativa constitui uma das bases fundamentais que definem o papel do avaliador. A transformação das condições sociais de existência das partes interessadas torna-se possível graças a um processo baseado na aprendizagem organizacional^{10,25}. Esse tipo de aprendizagem permite o desenvolvimento do pensamento crítico entre os coavaliadores, melhorando a qualidade do processo e a utilização dos resultados da avaliação¹⁴.

Alguns autores apresentam a avaliação participativa como uma estratégia metodológica social e educativa que privilegia o conhecimento e a experiência das pessoas de cada comunidade onde esses processos são implementados, uma estratégia que visa não só avaliar os programas, mas também gerar a aprendizagem partilhada, estimular pessoas e grupos e permitir a estruturação e a transformação do território⁴⁷. O avaliador torna-se, nesse caso, um catalisador que promove e acompanha os processos de transformação das relações de poder inerentes ao contexto social e político das intervenções avaliadas. De acordo com Brún e colaboradores³⁴, as prioridades e as perspectivas das partes interessadas destinam-se a orientar a geração e a coanálise de dados sobre a questão a explorar, atuando o avaliador como catalisador – de mudança –, e não como diretor ou decisor de cima para baixo.

Nesse contexto, o avaliador combina a experiência na avaliação dos expertos acadêmicos com o conhecimento dos membros da comunidade sobre as suas próprias vidas e circunstâncias. Esse processo emancipatório é possível graças à criação de ambientes de aprendizagem²¹, no âmbito dos quais é desenvolvido um conjunto de competências necessárias ao desempenho transformador dos processos de avaliação.

O ambiente de aprendizagem criado pelo avaliador catalisador fornece informação estratégica, permite documentar os resultados da avaliação, torna-se parte orgânica da formação que ajuda os participantes a processar a sua experiência individualmente e em grupo, faz sentido para as partes interessadas, promove atividades de grupo emancipadoras por meio de processos transformadores de aprendi-

dizagem, é suficientemente flexível para acomodar o que são frequentemente contextos sociais e políticos dinâmicos e menos previsíveis e pode ser integrado em complexas situações multidimensionais⁴⁵.

O avaliador como tradutor

Com base na literatura atual, propomos um terceiro papel para o avaliador como tradutor de conhecimento. Inspirando-nos nos fundamentos ontológicos análogos aos da “Teoria do Ator-Rede” – também conhecida como a “Teoria da Tradução”^{54,55} –, aventamos ilustrar como a prática da avaliação participativa pode ser organizada na forma de “redes de tradução de conhecimento”, isto é, como uma rede de atores que traduzem diversos conhecimentos e aprendem uns com os outros. A organização do projeto avaliativo em rede é o âmbito ideal para o desenvolvimento de práticas participativas inovadoras. Na prática, essa é uma forma de parceria e de organização colaborativa que combina avaliação, aprendizagem e inovação⁵⁶.

A noção de “tradução” refere-se a um relacionamento constante que sempre envolve uma transformação na organização de uma rede de natureza “sociotécnica”ⁱ e, portanto, uma inovação dentro dos contextos organizacionais nos quais essa rede está configurada. Consiste em vincular discursos e questões que são, *a priori*, divergentes, e muitas vezes claramente contraditórios, a fim de estabelecer ligações entre atores humanos e não humanos e tornar essa rede inteligível para as partes interessadas⁵⁴.

O avaliador torna-se aqui um tradutor de conhecimento, responsável em última instância pela configuração da rede dinâmica de coprodução de conhecimento e de aprendizagem coletiva. Esse papel envolve geralmente o gerenciamento de controvérsias, o que ajuda a identificar o posicionamento dos atores enquanto se constrói vínculos intersetoriais estáveis⁴⁸. Como resultado, o conhecimento produzido e compartilhado resulta de uma série de traduções que também revelam novas redes nas quais elas fazem sentido e são usadas. Esse conhecimento híbrido é produzido e difundido por sucessivas traduções, cuja certeza sempre pode ser questionada pelo surgimento de controvérsias e gera mudanças significativas. De fato, a controvérsia sempre precede o surgimento de uma inovação⁵⁷.

Mesmo que a avaliação participativa não seja uma panaceia^{16,30}, o envolvimento das partes interessadas no projeto de avaliação apresenta várias perspectivas interessantes, particularmente quando se trata de traduzir múltiplos interesses na realização

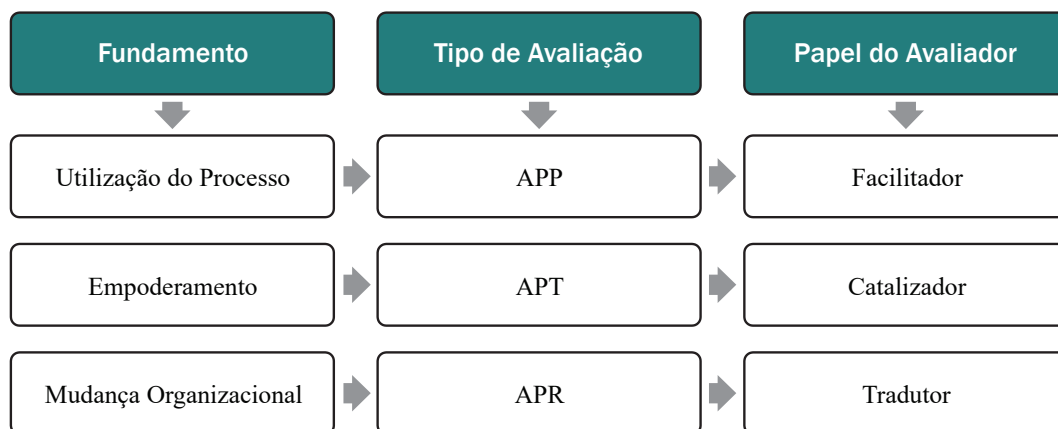
i. Segundo o Centro de Sociologia da Inovação (CSI) da Escola de Minas de Paris, apenas o entrelaçamento das complexas relações que se formam entre os diferentes atores humanos e não humanos permite compreender a forma assumida pelos projetos de ação coletiva. Nesse contexto de complexidade social, produzir uma inovação é implantar a rede de relacionamentos que constituem tanto o objeto de pesquisa quanto seu contexto.

de um projeto de ação coletiva. Baseia-se em uma certa concepção da governança territorial, no papel do avaliador como tradutor de conhecimento e pressupõe a criação de condições institucionais favoráveis à participação social nos desafios das sociedades contemporâneas⁴⁸.

Nesse contexto, o avaliador traduz um discurso conciliador entre a validade científica e a responsabilidade social da prática avaliativa. A tradução, nesse caso, permite, por um lado, alinhar diferentes lógicas de múltiplos atores e setores de intervenção e, por outro, favorece a criação de alianças e acordos entre as partes interessadas. O papel do avaliador como tradutor de conhecimento é um eixo fundamental no planejamento estratégico e na implementação de novos projetos de ação coletiva no campo da saúde pública e da promoção da saúde⁵⁸.

A Figura 1 sintetiza a relação entre os fundamentos e os tipos de avaliação participativa descritos, com o papel do avaliador. Essa matriz permite a apreciação da participação em avaliações participativas.

Figura 1. Relação entre o fundamento, o tipo de avaliação participativa e o papel do avaliador



Fonte: elaboração própria.

DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NO SETOR SAÚDE

Argumenta-se aqui que, apesar das diferentes razões para as abordagens participativas da avaliação, as principais correntes desenvolvidas para a sua concepção – APP, APT e APR – poderiam, na prática, estar intimamente ligadas. As três correntes estimulam um

processo de produção coletiva de conhecimento por meio de ações comunicativas e parcerias de apoio. No entanto, do nosso ponto de vista, uma polarização para qualquer dessas abordagens pode implicar o desenvolvimento de situações litigiosas em que as qualidades promissoras da avaliação participativa serão comprometidas.

Em primeiro lugar, limitar a lógica da escolha de um método participativo a considerações técnicas de avaliação – como no caso da APP – pode eliminar muito do seu potencial de aprendizagem organizacional e transformação social⁵⁹. Certamente, a aplicação de um critério rigoroso de utilidade no processo de avaliação coloca um conjunto de problemas. A abordagem utilitária tende a aceitar a participação apenas quando esta produz efeitos valiosos para a organização.

A participação poderia, portanto, tornar-se um mecanismo de controle sobre as partes interessadas mediante estratégias de gestão⁶⁰. Esse fato prejudica claramente um dos princípios da dignidade humana e da emancipação social. Por conseguinte, se adotada isoladamente, essa abordagem corre o risco de contribuir para um imperativo instrumental de participação⁶¹, em que o benefício da organização prevalece sobre os interesses dos grupos. Além disso, os avaliadores práticos tendem a trabalhar em parceria apenas com as partes interessadas próximas que supostamente utilizam os resultados da avaliação ou as recomendações emergentes. Esse fato “pode conduzir à exclusão de importantes grupos de partes interessadas e fontes de conhecimento” e “tratar a participação como um meio para justificar o processo de avaliação e assegurar a aceitação das suas conclusões”^{16(p.183)}.

Por outro lado, concentrar a lógica da escolha de uma abordagem avaliativa aos princípios abstratos, não mensuráveis de justiça e equidade – como no caso da APT – em nome de um setor específico da organização – as partes interessadas com menos poder – pode ser um obstáculo à conclusão adequada do projeto de avaliação. Existe, por certo, um sentimento crescente nas organizações modernas de que os acordos dirigidos única ou principalmente para a melhoria das condições dos grupos desfavorecidos podem produzir resultados injustos para os outros grupos das organizações, especialmente aquelas que não contribuíram, de fato, para a injustiça social⁴⁴.

Entre os desafios apontados por Chi e colaboradores³⁵, estão a definição de comunidade e os métodos utilizados para operacionalizar as preferências das partes interessadas. A avaliação de poder também é um desafio, contudo de suma relevância para avaliar quais vozes são, na prática, genuínas na representação da comunidade. Nesse sentido, o foco da APT sobre grupos desfavorecidos de partes interessadas poderia também representar uma fonte de estigmatização, uma vez

que as instituições desenvolvem tradicionalmente um conjunto de programas, projetos ou políticas centrando-se nesses grupos, pressupondo que estes são vulneráveis ou conflituosos.

Além disso, o enfoque exclusivo da prática avaliativa na lógica do empoderamento, mesmo que supostamente consiga progredir os interesses e as condições sociais de grupos historicamente desfavorecidos, pode produzir resultados que são prejudiciais à missão da organização⁶². Os grupos-alvo podem fazer ouvir a sua voz dentro do projeto de avaliação, enfatizando as suas próprias virtudes e negligenciando a importância de construir uma rede sustentável de ações comunicativas e de parcerias de apoio ao nível organizacional.

De forma complementar, a APR posiciona-se como um vínculo catalítico entre a APP e a APT, criando um espaço de questionamento crítico em que as partes interessadas podem contrariar os efeitos perversos dos dois tipos tradicionais de avaliação participativa. Bondioli³⁹ assinala que a avaliação demanda práticas reflexivas individuais e coletivas. A aquisição e a troca de conhecimento, o confronto construtivo de pontos de vista diferentes, o hábito de negociar argumentos e de examinar a realidade e a capacidade de cooperar são alguns dos aspectos do efeito de aprendizagem que se pretende induzir por meio do processo reflexivo da avaliação participativa⁴². Os participantes se enriquecem globalmente, partilhando conhecimento tácito e ganhando capacidade de agir de maneira intencional, além de competências profissionais⁴⁰.

Poderíamos argumentar aqui que a APR pode ser considerada uma prática de aprendizagem – individual e coletiva – que facilita o desenvolvimento de um processo holístico de mudança da cultura avaliativa. Por intermédio do questionamento crítico inerente às práticas reflexivas da avaliação participativa, o grupo de atores envolvidos nos processos avaliativos cria uma dinâmica de ação coletiva transformadora^{10,14,25}. Contudo, a integração de práticas reflexivas no âmbito de uma avaliação participativa contribui para uma série de transformações complexas no setor da saúde, que se manifestam em níveis sociais diferentes:

Nesse contexto, o caráter democrático da avaliação participativa, assim como a distribuição de informações e decisões que a participação favorece, permite a criação de um espaço reflexivo de corresponsabilidade entre as partes interessadas das intervenções de saúde avaliadas^{40,42}. Essa visão, baseada nos princípios da responsabilidade social, injeta nos sistemas de saúde uma orientação multidimensional que respeita simultaneamente seus valores sociais, éticos e econômicos, e não apenas os aspectos clínicos e sanitários dos planos de saúde. Essa responsabilidade social se traduz em comportamentos transparentes e éticos que contribuem para o desenvolvimento sustentável dos territórios, incluindo a saúde pública

e o bem-estar da sociedade³⁵. Ela permite também levar em conta as expectativas das partes interessadas, cumprir as leis aplicáveis e ser consistente com as estratégias internacionais de saúde pública e promoção da saúde bem, como com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentávelⁱⁱ.

CONCLUSÃO

Embora a dinâmica colaborativa da avaliação participativa seja normalmente aplicada em contextos organizacionais controlados e bem definidos, as crises ecológicas globais, os problemas sociais e as falhas de governança aumentam a necessidade do avaliador de tomar medidas para fomentar mudanças sistêmicas e sustentáveis no âmbito social e territorial da intervenção avaliada. Alguns autores⁶³ sugerem que o pensamento sistêmico oferece o potencial para enriquecer as práticas de avaliação participativa de formas importantes. De acordo com Miller⁶⁴, o pensamento sistêmico exige que os avaliadores evitem trabalhar com base em uma perspectiva única. O autor caracteriza o pensamento sistêmico como antídoto para o reducionismo e dogmatismo na resolução de problemas sociais.

Essa perspectiva sistêmica e holística leva o campo da avaliação participativa a desenvolver novas práticas avaliativas nos setores da saúde pública. A natureza colaborativa e intersetorial das práticas participativas leva o avaliador para fora de sua zona de conforto e o faz aprender competências focadas nas relações interpessoais e nas dinâmicas organizacionais, sempre situadas em um contexto multidimensional complexo. Uma atualização do papel do avaliador é essencial⁵⁹. Nesse sentido, o papel do avaliador como tradutor de conhecimento possibilita a criação de uma rede intersetorial de coprodução de conhecimento e aprendizagem coletiva. Nos espaços intersetoriais criados pela avaliação participativa, alinham-se várias lógicas de ação diferentes, muitas vezes contraditórias, e são encontrados pontos obrigatórios que levam à coconstrução de um projeto avaliativo de interesse coletivo.

Em conclusão, sublinhamos que a natureza transformadora do papel do tradutor leva o avaliador a conhecer melhor a gestão de inovações⁴⁸. No caso da avaliação participativa, essas inovações não são tecnológicas, mas gerenciais e sociais. A inteligência coletiva, o *crowdsourcing*ⁱⁱⁱ e a inovação aberta são eixos de pesquisa interessantes em relação às novas práticas avaliativas, especialmente no setor complexo e incerto da saúde pública. Uma cultura de inovação bem estabelecida não é evidente, dadas as muitas

ii. Em 2015, a ONU adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma oportunidade para os países e a suas respectivas sociedades enveredarem por uma nova via para melhorar a vida de todos, não deixando ninguém para trás. A Agenda tem 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que incluem desde a eliminação da pobreza até o combate às alterações climáticas, educação, saúde pública e bem-estar para todos, igualdade de gênero e concepção das nossas cidades.

iii. Produção participativa, externalização aberta ou *crowdsourcing* é a utilização da criatividade, inteligência e *know-how* de um grande número de pessoas, em regime de subcontratação, para realizar determinadas tarefas tradicionalmente desempenhadas por um empregado ou um contratante.

fontes de resistência à mudança que a avaliação produz entre as partes interessadas¹⁰, mas ela é possível se o avaliador identificar com sucesso os atores envolvidos e se ele “traduz” o conjunto de interesses e as estratégias desses atores no âmbito das intervenções do setor da saúde.

Agradecimentos

Agradecemos aos organizadores deste livro a oportunidade de homenagear, com este capítulo, nossa querida Zulmira Hartz, que com seu entusiasmo e verdade ilumina nossos caminhos na seara da avaliação em saúde.

Referências

1. Rollins L, Zellner Lawrence T, Henry Akintobi T, Hopkins J, Banerjee A, De La Rosa M. A Participatory Evaluation Framework for the Implementation of a Transdisciplinary Center for Health Disparities Research. *Ethn Dis.* 2019;29(Suppl 2):385-92.
2. Guba EG, Lincoln YS. Fourth generation evaluation. Newbury Park, Calif: Sage Publications; 1989. 294 p.
3. Moore G, Audrey S, Barker M, Bond L, Bonell C, Cooper C, et al. Process evaluation in complex public health intervention studies: the need for guidance. *J Epidemiol Community Health.* 2014;68(2):101-2.
4. Stake RE. Standards-Based and Responsive Evaluation. SAGE Publications; 2003. 369 p.
5. Murray E, May C, Mair F. Development and formative evaluation of the e-Health Implementation Toolkit (e-HIT). *BMC Med Inform Decis Mak.* 2010;10(1):61.
6. Fetterman DM. Empowerment Evaluation. In: Wright JD, organizador. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (Second Edition)* [Internet]. Oxford: Elsevier; 2015 [cited 2019 Jul 1]. p. 577-83. Available from: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780080970868105720>
7. Brisolara S. The history of participatory evaluation and current debates in the field. *New Dir Eval.* 1998;1998(80):25-41.
8. Cousins JB, Whitmore E. Framing participatory evaluation. *New Dir Eval.* 1998;1998(80):5-23.
9. Garaway GB. Participatory evaluation. *Studies in Educational Evaluation.* 1995;21(1):85-102.
10. Suarez-Herrera JC, Springett J, Kagan C. Critical Connections between Participatory Evaluation, Organizational Learning and Intentional Change in Pluralistic Organizations. *Evaluation.* 2009;15(3):321-42.

11. Patton MQ. Discovering process use. *Evaluation*. 1998;4(2):225-33.
12. Patton MQ. *Utilization-Focused Evaluation*. 4th Revised edition. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc; 2008. 688 p.
13. Preskill H, Zuckerman B, Matthews B. An Exploratory Study of Process Use: Findings and Implications for Future Research. *Am J Eval*. 2003;24(4):423-42.
14. Worthen M, Veale A, McKay S, Wessells M. The transformative and emancipatory potential of participatory evaluation: reflections from a participatory action research study with war-affected young mothers. *Oxf Dev Stud*. 2019;47(2):154-70.
15. Forss K, Rebien CC, Carlsson J. Process Use of Evaluations: Types of Use that Precede Lessons Learned and Feedback. *Evaluation*. 2002;8(1):29-45.
16. Gregory A. Problematizing Participation: A Critical Review of Approaches to Participation in Evaluation Theory. *Evaluation*. 2000;6(2):179-99.
17. Springett J, Wallerstein N. Issues in participatory evaluation. *Community-Based Participatory Research for Health: From Process to Outcomes*. 2008;199-220.
18. Diez MA, Izquierdo B, Malagón E. Increasing the Use of Evaluation Through Participation: The experience of a rural sustainable development plan evaluation. *Environ Policy Gov*. 2016;26(5):366–76.
19. Patton MQ. Empowerment evaluation: Exemplary is its openness to dialogue, reflective practice, and process use. *Eval Program Plann*. 2017;63:139-40.
20. Shi J, Lee C-H, Guo X, Zhu Z. Constructing an integrated stakeholder-based participatory policy evaluation model for urban traffic restriction. *Technol Forecast Soc Change*. 2020;151:119839.
21. Preskill H. Evaluation's Second Act: A Spotlight on Learning. *Am J Eval*. 2008;29(2):127-38.
22. Chouinard JA, Bourgeois I, Amo C. *Growing the Knowledge Base in Evaluation: The Contributions of J. Bradley Cousins*. Charlotte, NC: Information Age Publishing; 2019.
23. Chouinard JA, Cousins J. Participatory evaluation for development: Examining research-based knowledge from within the African context. *African Evaluation J*. 2013;1.
24. Chouinard JA. The Case for Participatory Evaluation in an Era of Accountability. *Am J Eval*. 2013;34(2):237-53.
25. Cooper S. Transformative evaluation: organizational learning through participative practice. *Learn Organ*. 2014;21(2):146-57.
26. Springett J. Integrating values Research and Knowledge Development Through the Use of

Participatory Evaluation in Community Based Health Promotion. *Estudios sobre las Culturas Contemporaneas*. 2010;16.

27. Smith ML. Social capital and intentional change: Exploring the role of social networks on individual change efforts. Boyatzis R, organizador. *J Manag Dev*. 2006;25(7):718-31.

28. Rațiu L, Chirică S, Rus CL. Participatory Evaluation: An Intended Catalyst to Learning within University. *Procedia Soc Behav Sci*. 2014;142:140-5.

29. Chouinard JA, Cousins JB. The journey from rhetoric to reality: participatory evaluation in a development context. *Educ Asse Eval Acc*. 2015;27(1):5-39.

30. Plottu B, Plottu É. Contraintes et vertus de l'évaluation participative. *Rev Francaise de Gest*. 2009;n° 192(2):31-58.

31. Andrews AB. Start at the end: empowerment evaluation product planning. *Eval Program Plann*. 2004;27(3):275-85.

32. Weaver L, Cousins JB. Unpacking the participatory process. *J Multidiscip Healthc*. 2004;1:19-40.

33. Castelnovo W, Misuraca G, Savoldelli A. Smart Cities Governance: The Need for a Holistic Approach to Assessing Urban Participatory Policy Making. *Soc Sci Comput Rev*. 2016;34(6):724-39.

34. Brún MO, Brún T, O'Donnell CA, Papadakaki M, Saridakis A, Lionis C, et al. Material practices for meaningful engagement: An analysis of participatory learning and action research techniques for data generation and analysis in a health research partnership. *Health Expect*. 2018;21(1):159-70.

35. Chi C, Tuepker A, Schoon R, Mondaca AN. Critical evaluation of international health programs: Reframing global health and evaluation. *Int J Health Plan Manag*. 2018;33(2):511-23.

36. Chouinard JA, Milley P. Mapping the spatial dimensions of participatory practice: A discussion of context in evaluation. *Eval Program Plann*. 2016;54:1-10.

37. Datta L. Politics and Evaluation: More Than Methodology. *Am J Eval*. 2011;32(2):273-94.

38. Springett J. Impact in participatory health research: what can we learn from research on participatory evaluation? *Educ Action Res*. 2017;25(4):560-74.

39. Bondioli A. Promover a partir do interior: o papel do facilitador no apoio a formas dialógicas e reflexivas de auto-avaliação. *Educ Pesqui*. 2015;41:1327-38.

40. van Draanen J. Introducing Reflexivity to Evaluation Practice: An In-Depth Case Study. *Am J Eval*. 2017;38(3):360-75.

41. Fetterman DM. Transformative Empowerment Evaluation and Freirean Pedagogy: Alignment With an Emancipatory Tradition. *New Dir Eval*. 2017;2017(155):111-26.

42. Cooper S. Putting collective reflective dialogue at the heart of the evaluation process. *Reflective Pract.* 2014;15(5):563-78.
43. Mertens DM, Wilson AT. *Program Evaluation Theory and Practice, Second Edition.* Guilford Publications; 2018. 641 p.
44. Fetterman DM, Rodríguez-Campos L, Zukoski AP, Contributors and. *Collaborative, Participatory, and Empowerment Evaluation: Stakeholder Involvement Approaches.* Guilford Publications; 2017. 185 p.
45. Curran L, Taylor-Barnett P. Evaluating projects in multifaceted and marginalised communities: The need for mixed approaches. *Eval J Australas.* 2019;19(1):22-38.
46. Stack R, Leal N, Stamp S, Reveruzzi B, Middlin K, Lennon A. Complex evaluations in the political context: Engaging stakeholders in evaluation design. *Eval J Australas.* 2018;18(2):122-31.
47. Núñez H, Úcar X. Participatory Evaluation of Community actions as social and educational intervention strategy. Theoretical and methodological contributions. *Pedagogy theory & praxis.* 2013;44-55.
48. Suarez-Herrera JC, Champagne F, Contandriopoulos A-P. Novas práticas em avaliação participativa: lições de uma pesquisa avaliativa sobre os conselhos de saúde no Brasil e em Espanha. *An Inst Hig Med Trop.* 2019;99-108.
49. Ensminger DC, Kallemeyn LM, Rempert T, Wade J, Polanin M. Case study of an evaluation coaching model: Exploring the role of the evaluator. *Eval Program Plann.* 2015;49:124-36.
50. Baldwin CK, Lander R. Developmental Evaluator Functional Role Activities and Programmatic Developments: A Case Study Analysis. *Am J Eval.* 2019;40(1):35-54.
51. Skolits GJ, Morrow JA, Burr EM. Reconceptualizing Evaluator Roles. *Am J Eval.* 2009;30(3):275-95.
52. Verwoerd L, Klaassen P, van Veen SC, De Wildt-Liesveld R, Regeer BJ. Combining the roles of evaluator and facilitator: Assessing societal impacts of transdisciplinary research while building capacities to improve its quality. *Environ Sci Policy.* 2020;103:32-40.
53. Alindogan MA. Evaluation competencies and functions in advertised evaluation roles in Australia. *Eval J Australas.* 2019;19(2):88-100.
54. Callon M. Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques dans la Baie de Saint-Brieuc. *L'Année sociologique.* 1986;(36):169-208.
55. Latour B. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory.* OUP Oxford; 2005. 312 p.

56. Callon M, Ferrary M. Les réseaux sociaux à l'aune de la théorie de l'acteur-réseau. *Sociologies pratiques*. 2006;(13):37-44.
57. Callon M, Latour B, Akrich M. *Sociologie de la traduction: Textes fondateurs*. Presses des Mines via OpenEdition; 2013. 309 p.
58. Suarez-Herrera JC, Blain M-J. *La recherche en santé mondiale : perspectives socio-anthropologiques*. Montréal (Québec, Canada): Cahiers scientifiques de l'ACFAS; 2012. 276 p.
59. Themessl-Huber MT, Grutsch MA. The Shifting Locus of Control in Participatory Evaluations. *Evaluation*. 2003;9(1):92-111.
60. Taylor D. Governing Through Evidence: Participation and Power in Policy Evaluation. *J Soc Policy*. outubro de 2005;34(4):601-18.
61. Cooke B, Kothari U. *Participation: the New Tyranny?* Zed Books; 2001. 228 p.
62. Zajac G, Bruhn JG. The Moral Context of Participation in Planned Organizational Change and Learning. *Adm Soc*. 1999;30(6):706-33.
63. Patton MQ. Expanding Futuring Foresight through Evaluative Thinking. *World Futures Review*. 2019;11(4):296-307.
64. Miller RL. On Messes, Systems Thinking, and Evaluation: A Response to Patton. *Am J Eval*. 2016;37(2):266-9.